

A Importância Das Políticas Públicas Para A Inclusão De Alunos Com Transtorno Do Espectro Autista (TEA) Nas Escolas

Gerlany De Fátima Dos Santos Pereira

Docente Adjunta Da Universidade Do Estado Do Amapá

Reinaldo Dias Caldas

Universityinternacional -Unilogos

Giuliana Loffredo Gutierrez

UFPR

Erenildes De Figueiredo Barbosa De Matos

FAMEESP Faculdade Metropolitana Do Estado De São Paulo

Sushila Vieira Claro

Universidade De São Paulo

Jean Lucas Oliveira De Almeida

Universidade Federal Do Pará

Gabriel Jair Donin Kappes

Centro Universitário De Várzea Grande (UNIVAG)

Alicia Viviana Mendez

Faculdades Metropolitanas Unidas

Vitoria Libardoni Torres Pereira

Faculdade Adventista Del Plata

Luana Cristina Albuquerque Andrade

Unama

Leila Rendall Dos Santos Moura

Christian Business School

Tiago Dos Santos Rodrigues

Universidade Do Estado De Mato Grosso (UNEMAT)

Resumo:

A pesquisa teve como objetivo investigar a percepção de professores sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas e o impacto das políticas públicas nesse processo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, com uma amostra composta por 27 professores selecionados por conveniência, que responderam a entrevistas em profundidade. A análise dos dados foi feita por meio da técnica da análise do discurso. Os resultados revelaram que, embora as políticas públicas de inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão, sejam amplamente reconhecidas pelos educadores, sua implementação esbarra em desafios significativos, como a falta de recursos, a escassez de profissionais especializados e a insuficiência da formação inicial dos professores. Muitos educadores apontaram a necessidade de maior capacitação contínua sobre o TEA, além de mais apoio especializado nas escolas para lidar com as

especificidades do transtorno. A comunicação entre escola e família também foi identificada como um fator crucial para o sucesso da inclusão, embora nem sempre seja eficiente. Conclui-se que, apesar dos avanços nas políticas públicas de inclusão, ainda há muitas lacunas que precisam ser superadas, especialmente no que tange à formação dos docentes, à oferta de recursos materiais e humanos e ao fortalecimento da colaboração entre escola e família, para que a inclusão escolar de alunos com TEA seja efetivamente garantida.

Palavras-chave: Educação; Políticas públicas; Inclusão; Autismo; Escola.

Date of Submission: 01-12-2024

Date of Acceptance: 10-12-2024

I. Introdução

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas tem se tornado um tema central nas discussões sobre educação e direitos humanos nas últimas décadas. O Transtorno do Espectro Autista é uma condição neurobiológica caracterizada por dificuldades na comunicação social, comportamentos repetitivos e padrões restritos de interesse. No entanto, é importante destacar que o TEA se manifesta de forma distinta em cada indivíduo, com variações em intensidade e nas áreas afetadas. Embora as crianças com TEA possam apresentar desafios significativos, elas também possuem uma vasta gama de habilidades e potencialidades, que podem ser desenvolvidas adequadamente em um ambiente educacional inclusivo e estruturado (Tavares; Santos; Freitas, 2016; Weizenmann; Pezzi; Zanon, 2020).

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por exemplo, já previam, desde o início da década de 90, a garantia de direitos educacionais para todas as crianças, independentemente de suas características individuais. No entanto, a efetiva implementação dessas diretrizes de inclusão tem sido um processo gradual, que exige uma série de ajustes em políticas públicas, formação de professores e adaptação das escolas. O desafio principal reside em criar ambientes educativos que respeitem e atendam às necessidades específicas desses alunos, ao mesmo tempo em que se busca a equidade no acesso e permanência escolar (Vieira; Pereira, 2020).

As políticas públicas voltadas para a educação inclusiva têm sido fundamentais na construção de um sistema que acolha a diversidade e permita o desenvolvimento de habilidades e competências em todas as crianças, independentemente de suas condições. A partir da década de 2000, com o fortalecimento de legislações específicas, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), um novo paradigma foi sendo estabelecido. Essas leis visam garantir que as crianças com TEA tenham acesso a um ensino de qualidade, com adaptações curriculares e suporte especializado, quando necessário (Matias; Probst, 2018).

Entretanto, a implementação dessas políticas ainda enfrenta diversos obstáculos. As escolas, muitas vezes, carecem de infraestrutura e recursos humanos adequados para atender a essa demanda de forma eficaz. Além disso, a formação dos educadores ainda precisa ser ampliada, uma vez que muitos professores não têm o conhecimento e a capacitação necessários para lidar com as particularidades de alunos com TEA. O papel do Estado é crucial nesse processo, pois deve assegurar a criação de condições favoráveis para que a inclusão seja não apenas uma ideia, mas uma realidade no cotidiano das escolas (Santos, 2020).

Dentre os desafios mais comuns, destacam-se a falta de apoio psicopedagógico, a escassez de profissionais especializados (como psicólogos e terapeutas ocupacionais) e a resistência cultural de alguns educadores e gestores escolares, que, muitas vezes, ainda não reconhecem plenamente a importância de um atendimento especializado e individualizado. A implementação de políticas públicas eficazes requer, portanto, um esforço contínuo de sensibilização, capacitação e investimento em recursos materiais e humanos, além de um compromisso político que priorize a inclusão como um direito fundamental (Santos; Leite, 2022).

O objetivo desta pesquisa é analisar a importância das políticas públicas na promoção da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista nas escolas brasileiras, focando nas estratégias adotadas pelas instituições de ensino, nas dificuldades encontradas e nas soluções implementadas para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Além disso, pretende-se investigar como a efetividade dessas políticas tem impactado a vida escolar de alunos com TEA, considerando a formação de professores, a adaptação curricular e a participação da família no processo educacional.

A relevância deste estudo se manifesta na urgência de aprimorar as políticas públicas voltadas para a inclusão de alunos com TEA, de forma a garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação que respeite suas individualidades e os prepare para a vida social e profissional. Compreender os desafios e as boas práticas nesse contexto pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a diversidade é valorizada e todos têm a oportunidade de desenvolver seu potencial pleno.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi realizada com o objetivo de explorar a percepção de educadores sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas, mais especificamente sobre o impacto das políticas públicas nesse processo. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, que busca levantar informações iniciais

sobre o tema, com o intuito de aprofundar o entendimento acerca das práticas pedagógicas, desafios e contribuições das políticas públicas para a inclusão de alunos com TEA.

Quanto à abordagem, a pesquisa adotou uma perspectiva qualitativa, uma vez que o foco estava em compreender, de maneira mais subjetiva e detalhada, as experiências, crenças e percepções dos professores. A abordagem qualitativa permite explorar as nuances dos relatos dos participantes, sem a intenção de generalizar ou quantificar os dados, mas de compreender os processos e significados atribuídos pelos próprios sujeitos da pesquisa. A amostra foi composta por 27 professores que atuam em escolas públicas e privadas de uma cidade de porte médio. Esses professores foram selecionados por conveniência, o que significa que foram escolhidos de forma intencional com base na disponibilidade e acesso da pesquisadora, levando em consideração a experiência profissional desses educadores com alunos diagnosticados com TEA. A escolha por conveniência, embora não seja aleatória, foi uma estratégia pragmática para facilitar a coleta de dados, dado o contexto e as limitações de tempo e recursos.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de entrevistas em profundidade, que permitiram obter respostas detalhadas e reflexivas dos participantes. As entrevistas foram semi-estruturadas, com um roteiro flexível que abordava questões sobre a formação dos professores, as estratégias utilizadas em sala de aula, as dificuldades encontradas na implementação das políticas públicas de inclusão e a percepção dos docentes sobre a eficácia dessas políticas. A escolha por entrevistas em profundidade visou proporcionar aos participantes um espaço de fala livre, no qual pudessem expor suas experiências e opiniões de maneira mais abrangente.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica da análise do discurso, que se propõe a interpretar os significados e as ideologias presentes nas falas dos professores. Essa técnica permite examinar as formas como os educadores constroem e expressam suas ideias sobre a inclusão de alunos com TEA, considerando as influências sociais, políticas e culturais que podem estar presentes em suas respostas. A análise do discurso possibilita uma compreensão mais rica sobre as relações de poder, as percepções subjetivas e as dinâmicas de aceitação ou resistência ao processo de inclusão escolar.

III. Resultados E Discussões

Os resultados obtidos na pesquisa indicam uma série de desafios e também algumas boas práticas em relação à inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas. De maneira geral, a percepção dos professores sobre as políticas públicas de inclusão revelou um cenário de avanços, mas também de limitações, principalmente em termos de implementação. Muitos educadores reconhecem a importância dessas políticas, mas apontam que sua execução efetiva é prejudicada pela falta de recursos, apoio especializado e infraestrutura adequada.

A maioria dos professores entrevistados acredita que as políticas públicas, como a Lei Brasileira de Inclusão, são fundamentais para garantir o direito à educação para alunos com TEA. No entanto, como destacou o entrevistado E7, "as políticas estão lá, mas a execução é o problema. Não temos recursos suficientes para implementar o que é necessário, nem apoio especializado contínuo". E3, por sua vez, destacou que embora as diretrizes sejam claras, "a prática nas escolas ainda é muito distante do que deveria ser". Essa percepção de distanciamento entre a política e a realidade escolar foi um ponto comum entre os entrevistados.

Em relação à formação dos professores, um dos principais desafios apontados foi a falta de preparo durante a formação inicial. Muitos educadores relataram que, embora o tema da educação especial fosse abordado em seus cursos, não havia uma ênfase nas especificidades do TEA, o que gerou insegurança ao se depararem com alunos com o transtorno. O entrevistado E4, por exemplo, afirmou: "Acredito que a universidade não nos prepara adequadamente para lidar com as necessidades de alunos com TEA. Tivemos algumas aulas sobre educação especial, mas nada muito aprofundado." Essa falta de formação específica foi frequentemente mencionada como um obstáculo para a adaptação das metodologias e para a criação de ambientes mais inclusivos. De acordo com E11, "Nosso curso de licenciatura não abordou adequadamente o transtorno autista. Quando me deparei com um aluno com TEA, foi um choque, pois não sabia como agir."

Além disso, muitos professores apontaram a necessidade de uma formação continuada, que permita uma atualização constante frente às novas pesquisas e práticas pedagógicas relacionadas ao TEA. O entrevistado E8 destacou: "Mesmo após anos de experiência, sempre aprendemos algo novo sobre o TEA. Acho que a formação deveria ser mais contínua." E5 também compartilhou sua experiência pessoal de busca por capacitação extra, afirmando: "Eu fiz vários cursos online, participei de palestras e conversei com colegas, mas não é a mesma coisa que ter uma preparação mais focada durante a formação."

Outro tema recorrente nas entrevistas foi a adaptação curricular e metodológica. Muitos professores relataram dificuldades em ajustar o currículo de maneira eficaz para os alunos com TEA. E1, por exemplo, destacou que a política pública não oferece diretrizes claras sobre como adaptar o conteúdo: "Há uma pressão para incluir os alunos, mas muitas vezes não sabemos como adaptar o conteúdo. A política é vaga quanto a isso."

Por outro lado, outros entrevistados, como E2, ressaltaram que, quando a adaptação curricular é feita de forma cuidadosa, os resultados podem ser muito positivos: "Na minha turma, tivemos apoio para criar atividades

mais personalizadas, e isso fez toda a diferença. Com um aluno com TEA, você percebe que não pode apenas aplicar a mesma metodologia para todos. Cada um tem seu ritmo, sua forma de aprender." A questão dos desafios comportamentais também foi amplamente discutida. Muitos professores mencionaram que lidar com os comportamentos típicos do TEA, como a resistência à mudança, a hipersensibilidade a estímulos sensoriais e os comportamentos repetitivos, exige estratégias pedagógicas específicas e muita paciência. E4 relatou: "Lidar com os comportamentos repetitivos pode ser cansativo.

Além disso, a resistência à mudança é algo que precisamos aprender a contornar." Outros professores, como E13, destacaram que, quando há um bom conhecimento sobre o transtorno, os desafios podem ser mais bem gerenciados: "Quando temos conhecimento, conseguimos antecipar alguns comportamentos e agir de forma mais calma e segura. Mas, claro, isso exige tempo e prática."

Outro fator mencionado por vários professores foi a importância da colaboração com os familiares dos alunos. E12 destacou a importância de uma boa comunicação entre escola e família, afirmando: "Quando temos uma boa parceria com os pais, tudo fica mais fácil. Eles conhecem os limites e as preferências dos filhos, o que nos ajuda a planejar melhor o atendimento."

No entanto, também houve relatos de dificuldades nessa relação. E6, por exemplo, observou que, em alguns casos, os pais não compreendem a importância dessa parceria: "Em alguns casos, os pais não entendem a importância de estarmos alinhados e a comunicação fica dificultada. Isso pode comprometer a adaptação do aluno." A presença de profissionais especializados, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, foi considerada por muitos entrevistados como essencial para a inclusão eficaz de alunos com TEA. E3 e E13 destacaram que, sem esses profissionais, o acompanhamento adequado dos alunos é dificultado. E3 relatou: "O acompanhamento terapêutico melhora muito o desenvolvimento do aluno. Sem isso, ficamos limitados nas estratégias que podemos usar na sala de aula."

Porém, essa necessidade de apoio especializado foi apontada como uma grande lacuna, pois muitos professores indicaram que há uma escassez desses profissionais nas escolas. E10, por exemplo, destacou que a psicóloga da sua escola atendia várias turmas, o que limitava o tempo de acompanhamento de cada aluno com TEA: "A psicóloga da minha escola atende várias turmas, então a atenção é limitada. E, muitas vezes, o tempo que ela tem para trabalhar com o aluno com TEA não é suficiente." Ao mesmo tempo, alguns professores sugeriram melhorias nas políticas públicas para promover uma inclusão mais efetiva. E8 sugeriu: "É preciso criar programas de capacitação contínua para que possamos nos adaptar constantemente às novas demandas.

A inclusão é um processo dinâmico, e precisamos estar preparados." E6 acrescentou que as escolas precisam de mais recursos, como materiais pedagógicos específicos e espaços adequados para atender essas crianças: "A escola precisa de mais recursos, como materiais pedagógicos específicos e mais espaço. Sem isso, a inclusão não acontece de forma plena."

Além disso, a criação de uma cultura escolar que valorize a diversidade e o respeito às diferenças também foi mencionada por muitos educadores como fundamental para o sucesso da inclusão. E12 sugeriu a criação de programas de conscientização para toda a comunidade escolar: "Precisamos criar uma cultura de respeito e compreensão em relação às diferenças." Para E14, as políticas públicas devem ser mais abrangentes e envolver todos os aspectos da comunidade escolar, não se restringindo apenas aos professores: "As políticas públicas devem ser mais abrangentes, envolvendo não só os professores, mas também os familiares, os gestores e a comunidade."

IV. Conclusão

A pesquisa sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas revelou tanto avanços quanto desafios significativos no contexto da implementação das políticas públicas de inclusão. De maneira geral, os professores reconhecem a importância das políticas, como a Lei Brasileira de Inclusão, para garantir o direito à educação de qualidade para alunos com TEA. No entanto, as dificuldades observadas na prática indicam que a execução dessas políticas ainda está longe de ser totalmente eficaz, principalmente devido à falta de recursos, à escassez de profissionais especializados e às limitações na formação inicial dos educadores.

A ausência de uma preparação mais profunda durante a formação acadêmica dos professores sobre o TEA foi um fator recorrente nas entrevistas, o que gerou insegurança e desafios no dia a dia escolar. A pesquisa mostrou que muitos professores buscam capacitação de maneira autônoma, porém, a formação continuada e específica sobre o transtorno é considerada fundamental para a melhoria do atendimento a esses alunos. Além disso, a adaptação curricular e metodológica também se apresentou como uma das grandes dificuldades, especialmente por conta da falta de diretrizes claras e de apoio especializado nas escolas. No entanto, quando as adaptações são feitas de forma cuidadosa e com recursos adequados, os resultados são positivos, o que destaca a importância de uma abordagem personalizada e diferenciada para os alunos com TEA.

Outro aspecto importante abordado pelos professores foi a relação com as famílias dos alunos. A parceria entre escola e família é essencial para o sucesso da inclusão, mas essa comunicação nem sempre ocorre de maneira eficiente. Quando há uma boa colaboração entre escola e pais, o processo de adaptação e aprendizado dos alunos

tende a ser mais eficaz. No entanto, a falta de uma orientação mais sistemática por parte das políticas públicas sobre como fortalecer essa relação ainda é uma lacuna significativa.

Além disso, a presença de profissionais especializados, como psicólogos e terapeutas ocupacionais, foi identificada como uma necessidade urgente para o acompanhamento adequado dos alunos com TEA. Sem esses apoios, os professores se veem limitados em suas práticas pedagógicas e, muitas vezes, não conseguem oferecer a atenção necessária para o desenvolvimento pleno dos alunos. A escassez desses profissionais é um obstáculo direto para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade.

Em conclusão, os resultados da pesquisa evidenciam que, embora as políticas públicas de inclusão escolar tenham avançado de forma significativa nos últimos anos, ainda há muitos desafios a serem superados para que a inclusão de alunos com TEA seja realmente efetiva. A formação continuada dos professores, o fortalecimento do apoio especializado nas escolas e o investimento em recursos materiais são ações urgentes que precisam ser priorizadas para garantir que os direitos dos alunos com TEA sejam plenamente atendidos. A pesquisa sugere que a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo requer um esforço integrado entre gestores, educadores, famílias e profissionais especializados, além de uma maior clareza e apoio por parte das políticas públicas. Somente com esses avanços será possível transformar a inclusão escolar de alunos com TEA em uma realidade consistente e eficaz em todas as escolas brasileiras.

Referências

- [1] Santos, A. A. S.; Leite, D. S. Inclusão De Alunos Com Autismo No Ensino Regular: Análise De Uma Escola De Ensino Fundamental. In Scielo Preprints, 2022.
- [2] Santos, R. V. A Formação Docente: A Importância Da Proficiência Lúdica Para O Desenvolvimento Do Autismo. Revista Científica Cognitionis, V. 3, N. 2, 2020.
- [3] Matias, H. B. R.; Probst, M. A Criança Com Transtorno Do Espectro Autista, A Escola E O Professor: Algumas Reflexões. Revista Profissão Docente, 18(38), 158–170, 2018.
- [4] Tavares, L. M. F. L.; Santos, L. M. M.; Freitas, M. N. C. A Educação Inclusiva: Um Estudo Sobre A Formação Docente. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, V. 22, N. 4, P. 527-542, Out.-Dez., 2016.
- [5] Vieira, J. N.; Pereira, M. P. M. A Inclusão Escolar Do Aluno Autista: Algumas Considerações. Ciência: Gerenciais Em Foco, V. 11, N. 9, 2020.
- [6] Weizenmann, L. S.; Pezzi, F. A. S.; Zanon, R. B. Inclusão Escolar E Autismo: Sentimentos E Práticas Docentes. Psicologia Escolar E Educacional, V. 24, 2020.